

**ATA Nº 04.2026 EM 24/04/2026**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO TAIÓPREV**


Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIÓPREV, realizada no vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sala de reuniões do TAIÓPREV. Atendendo convocação, compareceram os seguintes membros Titulares do Conselho Fiscal: Camila Hadlich Montagna Michels, Kaila Cristina Wolsteiner, Marcos Oliveira Padilha, Vanessa Manchein, Rita de Cássia Tomazoni e representando os suplentes Flavia Grah Caetano, François Ferdinand de Bem Urban e Eliana Peron Zanluca. Além da participação da Diretora Presidente Indianara Seman e da Diretora Administrativa Financeira Tayse Ariane Geremias. Aberto os trabalhos pela Presidente Vanessa, que cumprimentou os presentes e em seguida, apresentou a pauta do dia. **1. Leitura da ata da Reunião do Comitê de Investimentos – 22.04.2026; 2. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – março de 2026; 3. Análise do balancete do mês de março de 2026. 4. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos; 5. Relatório do encontro ASSIMAPSC. 6. Apresentação do Cálculo Atuarial 2026 – Lumens. 7. Apresentação do relatório de gestão (Governança Corporativa) 2026. 8. Assuntos gerais.** Iniciando pelo primeiro item da pauta. **1. Leitura da ata do comitê de investimentos 22.04.2026** Indianara faz a leitura da ata do comitê de investimentos do dia 22.04.2026, não tendo nenhuma observação apresentada pelos conselheiros. **2. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – março de 2026.** Indianara apresentou a carteira de março de 2026 que encerrou tendo sua composição dividida em Títulos Públicos na Curva 52,68%, Fundos de Renda Fixa 26,94%, Ativos de Renda Fixa 14,27%, Fundos de Renda Variável 5,83%, Investimentos no Exterior 0,28% e Contas Correntes 0,00%. A meta para o mês de março de 2026 ficou estabelecida em 1,35% sendo (IPCA + 5,68% A.A.) e a meta alcançada foi de 0,80% obtendo um retorno financeiro positivo no mês de R\$ 732.410,19 (setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e dez reais e dezenove centavos). Referente ao enquadramento da carteira com a nova resolução nº 5.272/2025 a carteira ficou desenquadrada na posição em ativos diretos e indiretos de um mesmo emissor (letras financeiras do BTG), mas como é desenquadramento passivo não é necessárias movimentações. **3. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos.** Indianara apresenta aos membros do conselho o memorando enviado pelo comitê de investimentos junto com o parecer e relatório de investimentos. Após análise do parecer e do relatório, o conselho fiscal deliberou pela aprovação dos investimentos do TAIÓPREV. O relatório e o parecer serão anexados a esta ata junto com o parecer desenvolvido pelo conselho fiscal referente aos investimentos do TAIÓPREV. **4. Análise do balancete do mês de março de 2026.** Indianara dá início a apresentação pelas receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de março de 2026. Assim como nos meses anteriores, mais uma vez o TAIOPREV encerrou o mês com déficit financeiro nos recursos previdenciários. Após a apresentação e análise dos conselheiros, os relatórios de receitas e despesas da Taxa de Administração e Recursos Previdenciários do mês de março de 2026 foram aprovados sem ressalvas pelo conselho fiscal. Os balancetes serão todos publicados no site do TAIÓPREV. **5. Relatório do encontro ASSIMAPSC** Conforme consta no plano de capacitação, após a participação em cursos os participantes devem apresentar o relatório do curso sendo assim, foi realizada a apresentação do relatório referente ao a participação de Tayse, Cristiane e Flavia no Encontro ASSIMPASC de RPPS. Os documentos destacaram os principais conteúdos abordados, as práticas discutidas e os conhecimentos adquiridos, com ênfase na aplicação das melhores estratégias de investimentos e na gestão dos institutos de previdência. **6. Apresentação do Cálculo atuarial 2026 – Lumens.** Foi apresentado ao Conselho fiscal pelo Atuário da Lumens, Guilherme Walter o relatório da avaliação atuarial referente ao exercício de 2026 do Regime Próprio de Previdência Social – TAIÓPREV. A avaliação atuarial com data focal de 31/12/2025, apurou um déficit atuarial para o fundo em Capitalização no valor de R\$ 13.957.361,68, e foram destacadas recomendações para manutenção da sustentabilidade do regime, incluindo acompanhamento das alíquotas de contribuição e medidas de gestão. Guilherme enfatizou os casos que foram apurados em aposentadorias por invalidez considerando o relatório de hipótese atuariais dos últimos 10 anos. Após




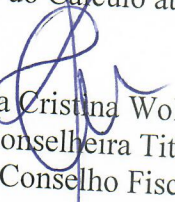
conversa com a Diretoria e conselhos, Guilherme solicitou que Indianara prestasse esclarecimentos de forma formal sobre os casos de aposentadoria por invalidez e as reavaliações para que a Lumens possa reavaliar esse critério nas hipóteses e se necessário apresentar um novo relatório de cálculo atuarial e se necessário, fazer a retificação no DRAA dessa informação. Após análise e discussão, ficou definido que na próxima reunião o cálculo atuarial será novamente abordado para esclarecimentos e então após isso encaminhar a prefeitura o resultado para a elaboração do novo plano de amortização, respeitando a regra da noventena e ser aprovado até 30/09/2026. **8. Apresentação do relatório de gestão (Governança Corporativa) 2026.** Indianara apresentou ao Conselho de Fiscal o Relatório Anual de Governança Corporativa e Gestão do TAIÓPREV, referente ao exercício de 2025. O documento reúne as ações desenvolvidas pela Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê de Investimentos, abrangendo aspectos de gestão atuarial, investimentos, benefícios previdenciários, folha de pagamento, plano de custeio e aporte, além de atividades institucionais e de transparência. Após a exposição, o Conselho Fiscal tomou ciência do conteúdo do relatório, registrando nesta ata a sua apresentação e destacando que o documento representa instrumento de prestação de contas aos segurados e à sociedade, reforçando o compromisso do Instituto com a transparência e a sustentabilidade do regime previdenciário. **9. Assuntos Gerais.** Foi apresentada ao conselho fiscal a situação referente ao sistema anteriormente utilizado para cálculos de benefícios previdenciários (3IT), o qual não vinha entregando informações corretas e confiáveis para a gestão. Diante dessa dificuldade, foram avaliados diversos outros sistemas e a plataforma GEPREV, demonstrou maior precisão, eficiência e adequação às necessidades do Instituto. Após análise e discussão, o Conselho tomou ciência da substituição do sistema 3IT pelo sistema GEPREV, registrando em ata que a mudança visa aprimorar a qualidade das informações, a segurança dos cálculos e a transparência na gestão previdenciária. Nada mais havendo a tratar lavrou-se esta ata que segue por mim assinada, Tayse Ariane Geremias e demais membros do Conselho do Conselho Fiscal presentes na reunião.


**RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO:**

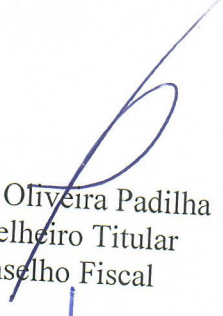
- Aprovada as sugestões de alocações do Comitê de investimentos do mês de março de 2026;
- Aprovado as receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de março de 2026;
- Aprovado o balancete do mês de março de 2026;
- Aprovado os investimentos do mês de março de 2026 por estar aderentes a Política de investimentos 2026;
- Elaboração do Parecer sobre os investimentos de março de 2026
- Ciência do conselho do Relatório de gestão 2025
- Ciência do conselho do resultado do Cálculo atuarial 2026

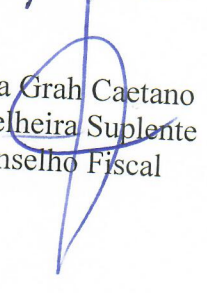
  
Vanessa Manchein  
Presidente  
Conselho Fiscal

  
Rita de Cássia Tomazoni  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

  
Kaila Cristina Wolsteiner  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

  
Camila Hadlich M. Michels  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

  
Marcos Oliveira Padilha  
Conselheiro Titular  
Conselho Fiscal

  
Flavia Grah Caetano  
Conselheira Suplente  
Conselho Fiscal

*Eliana P. Zanluca*  
Eliana Peron Zanluca  
Conselheira suplente  
Conselho Fiscal

*François Ferdinand de Bem Urban*  
Françoís Ferdinand de Bem  
Urban  
Conselheira suplente  
Conselho Fiscal

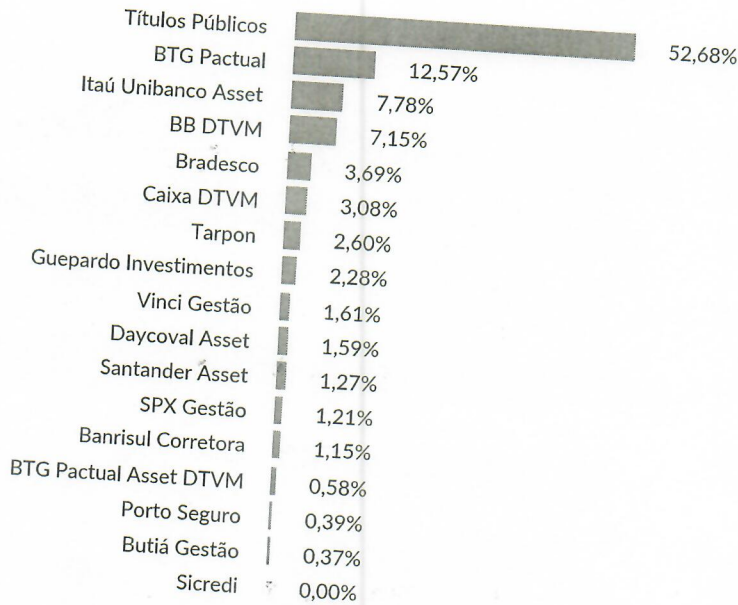
*Tayse A. Geremias*  
Tayse Ariane Geremias  
Diretora Administrativa  
Financeira

*Indianara Seman*  
Indianara Seman  
Diretora Presidente

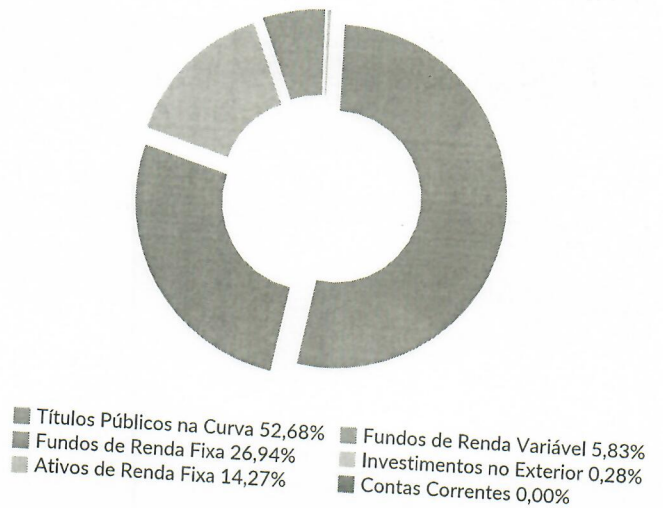
**TAIÓPREV**

Os recursos do TAIÓPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**



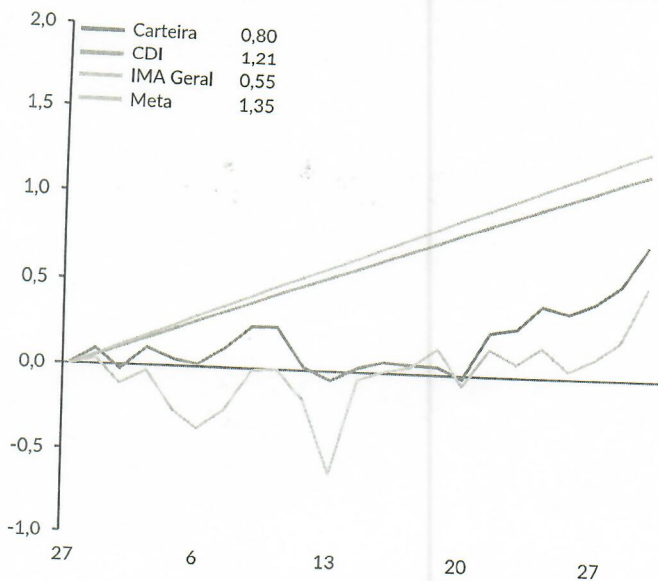
**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO**



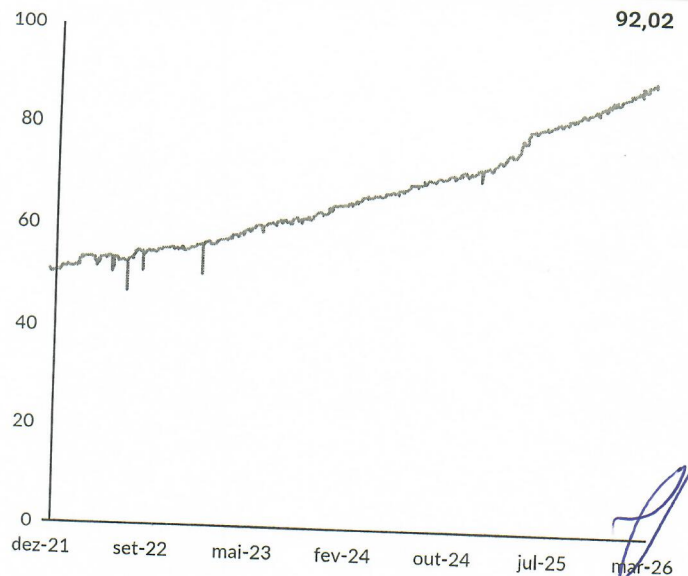
**HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
TAIÓPREV	0,80%		
META - IPCA + 5,68%	1,35%	3,19%	12,55%
CDI	1,21%	3,34%	9,74%
IMA GERAL	0,55%	3,41%	14,79%
IBOVESPA	-0,70%	3,07%	14,36%
		16,35%	43,91%

**RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)**



**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)**



*[Handwritten signatures and initials]*

"Os fortes fazem o que podem, e os fracos sofrem o que devem", escreveu Tucídides no "Diálogo dos Melianos", em sua obra História da Guerra do Peloponeso. Apesar de remontar a séculos antes de Cristo, a citação permanece atual. Os recentes desdobramentos no Golfo Pérsico evidenciam como decisões estratégicas dos países ampliam o risco de escalada do conflito, gerando impactos diretos sobre os preços de energia e resultando em um dos episódios de maior disrupção nas cadeias globais de suprimentos da história recente.

O acordo temporário de cessar-fogo traz maior otimismo quanto à possibilidade de uma resolução permanente do conflito. Estados Unidos e Irã concordaram em suspender os combates por duas semanas. A busca por soluções de curto prazo que viabilizem a reabertura do Estreito de Ormuz configura um cenário mais favorável para mitigar os impactos observados, especialmente por meio da recente escalada dos preços do petróleo em nível global. Ainda assim, o acordo não encerra o conflito, mas abre espaço para avanços em negociações diplomáticas.

Embora o Irã tenha concordado em reabrir a rota marítima, o tráfego de navios petroleiros e de embarcações de gás natural liquefeito (GNL) pelo Estreito de Ormuz permanece limitado. Adicionalmente, os recentes ataques a importantes polos energéticos no Golfo Pérsico, como o Complexo de Gás de Ras Laffan, maior polo de produção e exportação de gás natural do mundo, e o complexo de Abqaiq e Ras Tanura, que abriga uma das maiores refinarias de petróleo do Oriente Médio, elevam a probabilidade de um choque de energia mais prolongado, diante da dificuldade de recuperação dessas instalações. Esse contexto tende a manter os preços do petróleo em patamares superiores aos níveis pré-conflito.

Apesar de o cessar-fogo representar a notícia mais positiva para os mercados desde o início do conflito, os dez pontos propostos pelo Irã ainda apresentam condições consideradas mais rígidas, que devem ser amplamente debatidas nas negociações. Persistem incertezas relevantes, em meio a sinais contraditórios nas declarações do presidente Donald Trump e de autoridades iranianas, o que dificulta inferências mais precisas sobre o desfecho de um acordo permanente.

O presidente Trump enfrehta, por sua vez, um dilema que favorece a busca por uma resolução mais célere do conflito. A economia americana ainda convive com pressões relacionadas ao custo de vida, incluindo inflação elevada, preços de energia mais altos e aumento recente nos preços dos combustíveis. Esse cenário impõe custos políticos relevantes, especialmente diante da queda de aprovação e da resistência de parte da população às ofensivas no Irã. Assim, ganha força um cenário base de resolução nas próximas semanas, embora não se possa descartar a possibilidade de uma desescalada apenas parcial, diante da resistência do Irã nas negociações e do risco de novos episódios de escalada.

Em meio ao conflito no Golfo Pérsico, o Federal Open Market Committee (FOMC) do Federal Reserve decidiu manter a taxa de juros da economia americana inalterada no intervalo de 3,50% a 3,75% na reunião de março. A postura do comitê foi mais dura em relação ao comunicado anterior. Houve maior ênfase nos riscos inflacionários dentro de seu duplo mandato. Em síntese, a barra para cortes adicionais de juros ao longo do ano tornou-se mais elevada. A Summary of Economic Projections (SEP), que compila as estimativas dos dirigentes sobre a economia dos Estados Unidos, passou a indicar apenas um corte de juros em 2026. Além disso, entre quatro e cinco membros revisaram suas projeções, reduzindo de dois para apenas um corte no período.

O presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu que não houve progresso no processo desinflacionário, ao observar que o núcleo do PCE permaneceu em torno de 3%, em linha com o comportamento ao longo do ano anterior. Na coletiva pós-FOMC, Powell destacou alguns fatores que ajudam a compreender a atual dinâmica da inflação.

Em primeiro lugar, os efeitos das tarifas ainda não se esgotaram na inflação de bens, com um andamento de seu progresso diferente do esperado pelo comitê. Aliado a isso, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no mês passado adicionou uma camada extra de incertezas quanto ao repasse para os preços.

Em segundo lugar, o tom relacionado à inflação de serviços mudou entre as comunicações. Enquanto no comunicado de janeiro houve menção explícita de que "a desinflação parece estar continuando no setor de serviços", essa avaliação não foi reiterada na comunicação mais recente do comitê.

Um ponto de preocupação destacado por Jerome Powell foi a inflação de serviços excluindo habitação, conhecida como "supercore", que tem permanecido praticamente estável há cerca de um ano. Em tese, um mercado de trabalho mais fraco deveria contribuir para algum arrefecimento dessa métrica. Powell atribuiu essa dinâmica a fatores idiossincráticos.

Por fim, há a possibilidade de um choque altista para a inflação, decorrente das consequências do conflito no Oriente Médio. O Federal Reserve tem sinalizado que tende a tratar esse movimento como um choque temporário, ressaltando o elevado grau de incerteza associado aos desdobramentos do conflito. Ainda assim, a alta dos preços da gasolina nos EUA pode gerar efeitos de contágio sobre os núcleos de inflação no curto prazo, dificultando o processo de convergência da inflação à meta.

Pelo outro lado do mandato do Federal Reserve, o mercado de trabalho segue relativamente estável. A criação líquida de vagas próxima de zero gera alguma preocupação para o comitê, em um contexto de redução da força de trabalho, influenciada por políticas imigratórias mais restritivas, e de menor demanda por trabalho, fatores que ajudam a manter a taxa de desemprego equilibrada. Nesse cenário, a situação atual do mercado de trabalho reduz a pressão imediata por novos cortes, dada a ausência de sinais mais claros de deterioração.

## TAIÓPREV

Os aumentos nos preços de energia têm se configurado também como um desafio relevante para os países da Zona do Euro, que são grandes importadores e, portanto, mais expostos à elevação dos preços do petróleo e do gás natural. Esse movimento acende alertas importantes, especialmente para economias com menor diversificação de suas matrizes energéticas e maior dependência do gás natural para geração de energia. Como consequência, há impactos esperados sobre a inflação no curto prazo, bem como sobre as perspectivas de crescimento da região.

Diante desse cenário mais adverso, o Conselho do Banco Central Europeu optou por manter inalteradas suas três taxas de juros. Segundo o comunicado da autoridade monetária, as perspectivas tornaram-se significativamente mais incertas, com riscos altistas para a inflação e baixistas para o crescimento econômico, numa dinâmica muito dependente da duração do conflito e dos eventuais danos às cadeias de suprimentos. Alguns Estados-membros da UE já vêm adotando medidas de contenção para aliviar os preços de combustíveis.

O Banco Central Europeu seguirá dependente dos dados para a condução da política monetária, adotando uma abordagem reunião a reunião, sem se comprometer com uma trajetória específica. A instituição já revisou suas projeções, com inflação mais elevada e crescimento mais fraco, em função dos impactos do conflito, ainda que tais estimativas possam estar defasadas frente aos desdobramentos mais recentes. Nesse contexto, a condução da política monetária tende a permanecer cautelosa até que haja maior clareza sobre a evolução do cenário.

O tema mais relevante para o Brasil ao longo de março foi a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, que realizou o primeiro corte da taxa Selic em 25 pontos-base, dando início ao ciclo de flexibilização monetária. Desde o último encontro do Copom, as incertezas provenientes do cenário externo se intensificaram significativamente. Na comunicação do BCB, observou-se um aumento relevante do peso atribuído às condicionantes relacionadas ao conflito no Oriente Médio, o que motivou um movimento mais cauteloso.

Apesar da incorporação de um novo e relevante vetor de incerteza, o Banco Central do Brasil manteve, em sua comunicação, a expressão "calibração do ciclo", evitando sinalizações explícitas sobre a magnitude e a duração do processo de afrouxamento monetário. Essa postura é compatível com uma autoridade monetária dependente dos dados, que busca ganhar tempo para avaliar os canais de transmissão do conflito no Oriente Médio sobre a inflação, ainda cercados de elevada incerteza. Em nossa leitura, dado o conjunto atual de informações, o BCB segue inclinado a dar continuidade ao ciclo de cortes da Selic, ainda que com espaço significativamente mais limitado, diante dos potenciais efeitos de contágio sobre os preços.

Observa-se, adicionalmente, uma elevação expressiva nos preços de insumos relevantes, como o diesel S-10 e os fertilizantes. Esses movimentos aumentam a probabilidade de um choque de custos, com impactos sobre fretes e, consequentemente, sobre a cadeia de alimentos, componente que teve papel importante no processo desinflacionário recente. Ainda assim, a mensuração dos efeitos do conflito permanece desafiadora, dado o elevado grau de incerteza quanto à sua duração. Esse contexto dificulta a consolidação da desinflação e, à luz da ata, o Banco Central do Brasil não parece plenamente convencido de sua sustentação.

As projeções de inflação do Banco Central do Brasil foram revisadas para cima na divulgação do Relatório de Política Monetária. A incorporação de uma trajetória mais elevada para os preços do petróleo ao longo do ano foi o principal fator por trás dessa reavaliação. Há preocupação com o fato de que, no horizonte relevante de política monetária, as projeções seguem acima da meta de inflação. No curto prazo, a elevação das expectativas captadas pelo boletim Focus contribui para a desancoragem, o que tende a tornar a próxima decisão do comitê mais conservadora.




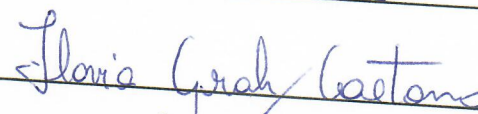

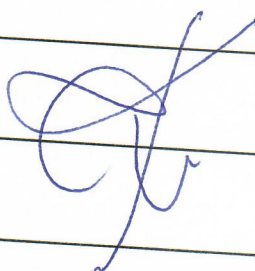

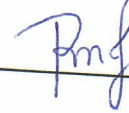
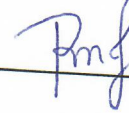

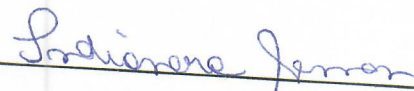

Por último, a atividade econômica no Brasil tem mostrado perda gradual de tração, refletindo os efeitos esperados de uma política monetária contracionista conduzida pelo Banco Central do Brasil. É de se esperar que os efeitos restritivos do atual patamar da Selic passem a pesar sobre os componentes mais sensíveis do Produto Interno Bruto (PIB), o que foi corroborado pelas leituras mais recentes, que evidenciam clara desaceleração.

Apesar disso, segmentos menos cíclicos apresentaram maior dinamismo em relação ao ano anterior, especialmente a produção agropecuária e a indústria extrativa. Observando a decomposição utilizada pelo Banco Central do Brasil para distinguir setores mais e menos cíclicos, nota-se que os segmentos menos sensíveis ao ciclo econômico apresentaram expansão e registraram a maior contribuição positiva para o crescimento anual. Em síntese, a política monetária restritiva vem surtindo os efeitos esperados sobre a atividade econômica.

O setor de serviços é responsável pela maior parcela na contribuição da atividade econômica doméstica. Dentro desse setor, observa-se heterogeneidade nas taxas de crescimento entre seus componentes. As maiores contribuições vieram dos subsegmentos de informação e comunicação e de intermediação financeira, enquanto segmentos mais sensíveis ao ciclo, como o comércio, apresentaram menor dinamismo, em meio à desaceleração do consumo das famílias.

Esse movimento reflete condições financeiras mais restritivas e um maior comprometimento da renda com o serviço da dívida, o que pressiona os orçamentos familiares, compatíveis com um ambiente de política monetária mais restritiva, apesar de um mercado de trabalho que se mantém resiliente e do crescimento dos salários reais.

LISTA DE PRESENÇA - CONSELHO FISCAL 24.04.2026

- ✓ Camila Hadlich Montagna Michels 
- François Ferdinand de Bem Urban 
- ✓ Vanessa Manchein 
- Flávia Grah Caetano 
- ✓ Marcos Oliveira Padilha 
- Albanir Buzzi Junior 
- ✓ Kaila Cristina Wolsteiner 
- Maura Alves de Melo 
- ✓ Rita de Cássia Tomazoni 
- ✗ Eliana Peron Zanluca 
- Indianara Seman 
- Tayse Ariane Geremias 

**RESOLUÇÃO n.º 10/2026, DE 24 DE ABRIL DE 2026.**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS E DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO MÊS DE MARÇO DO ANO 2026 DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC - TAIOPREV.

Vanessa Manchein, Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió/SC - TAIOPREV, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, dispostas no Art. 172, da Lei Ordinária nº 3.625, de 19 de dezembro de 2012; e,

Considerando a aprovação constante em Ata da reunião do Conselho Fiscal realizada no dia 24 de abril de 2026:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar sem ressalvas o demonstrativo das receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de MARÇO de 2026 na reunião ordinária realizada em 24 de abril de 2026.

**Art. 2º.** Os relatórios e documentos analisados que fundamentaram a decisão, encontram-se arquivados no TAIÓPREV.

**Art. 3º.** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

24 de abril de 2026.



**Vanessa Manchein**

**Presidente do Conselho Fiscal do TAIÓPREV**

**RESOLUÇÃO n.º 11/2025, 24 DE ABRIL DE 2026.**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2026 DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC - TAIOPREV.

Vanessa Manchein, Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió/SC - TAIOPREV, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, dispostas no Art. 172, da Lei Ordinária nº 3.625, de 19 de dezembro de 2012; e,

Considerando a aprovação constante em Ata da reunião do conselho Fiscal realizada no dia 24 de abril de 2026:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar os investimentos realizados no mês de março de 2026.

**Art. 2º.** O relatório mensal de investimentos e o parecer do comitê de investimentos encontram-se publicados anexos à ata da reunião ordinária nº 04/2026.

**Art. 3º.** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Taió, 24 de abril de 2026.



**VANESSA MANCHEIN**  
Presidente do Conselho Fiscal do TAIÓPREV